

À PRESIDÊNCIA

Excelentíssimo Senhor Desembargador,

Em observância aos requisitos legais expressos no art. 24, XXII, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a que alude o Parecer complementar n.º 063/2020 da ASJUR (documento n.º 14.513/2020), **A U T O R I Z O** a contratação direta da pessoa jurídica AMAZONAS DISTRUIDORA DE ENERGIA S/A., objetivando a contratação do serviço de fornecimento de energia elétrica aos imóveis de propriedade do TRE/AM situados no Interior do estado do Amazonas.

Desse modo, com fundamento no *caput* do art. 26 do retrocitado diploma legal, encaminho os autos para **R A T I F I C A Ç Ã O** do referido ato, e, sendo a despesa relevante para os critérios da LDO, indispensável se torna sua publicação na imprensa oficial, bem como a declaração do ordenador da despesa respectiva.

Respeitosamente,

ELCICLEIA TEREZINHA NEVES MEDELLA
Diretora-Geral, em substituição

